

SEGURANÇA PÚBLICA

# PL Antifacção busca texto final

Presidente da Câmara, Hugo Motta, quer votar substitutivo amanhã. Mas há possibilidade de uma 5ª versão do relatório de Derrite

» WAL LIMA

Naquilo que depender do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o Projeto de Lei 5.582/25, o PL Antifacção, tem tudo para ser votado amanhã, ou, no mais tardar, na quarta-feira. Esse otimismo, porém, não é compartilhado pelos governistas nem pela oposição bolsonarista. Parlamentares dos dois lados estão insatisfeitos com a quarta versão do substitutivo elaborado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP), o que quer dizer que são grandes as chances de o texto ter uma quinta versão. Isso, claro, se parar por aí e a votação não for empurrada para a semana seguinte.

O Palácio do Planalto não digere a manobra de Motta de entregar a relatoria de um PL que mexe com um dos pontos fracos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — e que o Palácio do Planalto acreditava poder resolvê-lo por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública — a um “bolsonarista raiz”. E já mandou avisar que a quarta versão apresentada por Derrite, que se licenciou da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, continua inaceitável. Isso não somente representa a ameaça de novo adiamento na votação, mas, sobretudo, desgastar ainda mais a imagem do deputado, que, conforme se comenta nos bastidores da Câmara, assumiu a tarefa com o objetivo de elaborar um projeto de lei que pudesse representar uma “turbina eleitoral” para o governador Tarcísio de Freitas e para o bolsonarismo.

Na semana passada, percebendo que as coisas se complicavam para a oposição e para o relator — que, conforme comentários de parlamentares que não quiseram se

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



As quatro versões de um relatório que se tornou um cabo de guerra eleitoral desgastaram Derrite

identificar, já está sendo visto entre seus próprios colegas de bolsonarismo como despreparado para a tarefa —, governadores adversários do Palácio do Planalto foram em peso à Câmara tentar contornar a piora da situação. E concluíram que, por conta das idas e vindas do texto, era melhor retrabalhar toda a articulação por mais 30 dias.

E por dois motivos: em primeiro lugar, não querem perder o discurso da segurança pública, um grande ativo eleitoral, para o governo; e, em segundo, querem afastar a possibilidade de que o Supremo Tribunal Federal (STF)

seja acionado para dirimir dúvidas sobre a constitucionalidade de alguns itens. Assim, a saída foi entoarem, em coro, que o tema deveria ser mais debatido para que amadurecesse.

Entre os pontos apresentados no relatório inicial de Derrite, estava a equiparação de ações de organizações criminosas, milícias e grupos paramilitares a crimes de terrorismo, com penas elevadas. Ele propôs, ainda, a sujeição da atuação da Polícia Federal à solicitação dos governadores das unidades da Federação para atuar em investigações. Ambos foram

considerados inaceitáveis pelos governistas, sobretudo aquilo que se relacionava à PF. Nas redes sociais, conseguiram emplacar a ideia de que os bolsonaristas tinham a intenção de limitar a atuação da corporação por conta de várias investigações em curso que podem atingi-los. Funcionou e Derrite recuou.

“Excluir essa questão do terrorismo é uma vitória. Se você for ver, era isso que argumentava o governo (na proposta inicial). Bastava ter ido no projeto original do governo, que era justamente isso: um novo tipo penal, no caso, a facção. Se querem mudar o nome, tudo bem,



**Excluir essa questão do terrorismo é uma vitória. Se você for ver, era isso que argumentava o governo (na proposta inicial). Bastava ter ido no projeto original do governo, que era justamente isso: um novo tipo penal, no caso, a facção. Se querem mudar o nome, tudo bem, mas era justamente isso que a gente defendia”**

Deputado Lindbergh Farias (RJ), líder do PT na Câmara



**Se o crime é organizado, ele é internacional, tem cooperação de inteligência, de equipamentos, de armas internacionais. Por que o Estado também não tem? Entendemos que é importante equipará-los a grupos terroristas. Não abriremos mão dessa equiparação em momento algum”**

Deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara

mas era justamente isso que a gente defendia”, disse o líder PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ).

Para o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), o Parlamento precisa responder ao avanço do crime organizado. E defende que os traficantes sejam qualificados criminalmente como terroristas. “Não abriremos mão disso. Vamos apresentar destaque e, ainda, vamos tentar convencer o relator da importância disso. Até porque, se o crime é organizado, ele é internacional, tem cooperação de inteligência, de equipamentos, de

armas internacionais. Por que o Estado também não tem? Por isso é que entendemos que é importante equipará-los a grupos terroristas, para que o Estado possa ter cooperação internacional de inteligência, de armamento, se for necessário. E de tudo que for necessário para o devido enfrentamento. Não abriremos mão dessa equiparação em momento algum”, avisou Sóstenes.

O PL apresentará dois destaques: um que retoma a equiparação das facções a terroristas e outro que acaba com a audiência de custódia para criminosos reincidentes.

## O Correio é TOP 1 pelo sexto mês consecutivo em News Information/Local News da Comscore

O portal Correio Braziliense\* é líder nacional em notícias locais, ocupando o 1º lugar no ranking Comscore de setembro/2025.

Essa conquista é fruto do trabalho diário de uma equipe dedicada a levar informação confiável, apuração precisa e conteúdo relevante a quem busca entender o Brasil a partir de Brasília.

1º **Correio Braziliense\***

2º Estado de Minas

3º PORTAL C

4º PORTAL D

5º PORTAL E

Quer jornalismo de verdade?  
Acesse: [correio braziliense.com.br](https://correio braziliense.com.br)

\*Fonte: Comscore Multiplatform – Desktop e Mobile | Categoria News/Information. \*Total Audience – \*Audiência deduplicada das propriedades: correio braziliense.com, Correio Braziliense Blogs, ofuxico.com.br e oimparcial.com.br - Usuários Únicos Setembro/2025 - Brasil.

**CORREIO  
BRAZILIENSE**